

CONGRESSO

Lira acelera PL que limita ICMS a 17%

Texto pretende estabelecer teto para combustíveis, energia elétrica e água, que passariam a ser considerados bens essenciais. Previsão é de votação no dia 24

» DEBORAH HANA CARDOSO
» TAÍSA MEDEIROS

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou, ontem, que colocará em votação, na próxima terça-feira, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022 que estabelece o teto de 17% para alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre combustíveis, energia elétrica e água — que também passariam a ser considerados bens essenciais. A proposta é de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE).

Segundo Lira, o andamento do PLP “não é um debate político ou ideológico. É um debate de país”. “Esse plenário terá a oportunidade de, realmente, dar um passo decisivo para contribuir contra o abuso dos impostos no que se refere a telecomunicações, energias, combustíveis e transportes. Vou conchamar todos os poderes para refletirmos sobre a realidade emergencial do mundo de hoje, que afeta o povo e exige ações institucionais”, publicou o presidente da Câmara no Twitter.

Apesar de Lira citar os setores de transportes e comunicações,



Esse plenário terá a oportunidade de dar um passo decisivo para contribuir contra o abuso dos impostos no que se refere a telecomunicações, energias, combustíveis e transportes”

Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados

Forte adiantou ao **Correio** que serão retirados do texto — foram incluídos, segundo ele, por equívoco da assessoria. O presidente da Câmara fez o anúncio um dia depois de a Casa aprovar a urgência do projeto, o que faz com que o texto possa ser votado diretamente no plenário.

Para Forte, a chance de o PLP ser aprovado é alta. “Estamos dando previsibilidade ao cidadão, estabelecendo um teto. Os estados vêm tendo arrecadação recorde e é preciso ajudar diante do cenário atual. A União abriu mão de receita com o PIS/Cofins e os governos locais precisam fazer sua parte”, cobrou.

Para o deputado general Pternelli (União-SP), o limite de 17% não afeta a arrecadação das unidades da Federação. “Quando se aumenta o combustível,

o ICMS sobe na mesma proporção, e a receita dos estados que estava estimada vai além. Quando se coloca um teto, em vez de tributar pelo valor, se tributa por litro”, explicou.

Mas para a oposição Lira faz do PLP uma cortina de fumaça para tirar o foco da política de preços da Petrobras — atrelada ao mercado internacional — e da privatização da Eletrobras. “A diminuição do preço da tarifa não vem com alteração no ICMS, seja de energia elétrica, seja de combustível. Vem de quem tem o controle sobre o preço da tarifa”, argumentou o deputado Glauber Braga (PSol-RJ).

Segundo o parlamentar, se a política de formação de preço da Petrobras não mudar, o combustível continuará caro. “Enquanto não houver reversão da PPI, não

tem mudança de imposto que faça com que haja uma diminuição real do preço para o consumidor”, frisou.

Inconstitucionalidade

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no ano passado, que a cobrança de alíquota de ICMS superior a 17% sobre as operações de fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicação é inconstitucional. Mas, na semana passada, em audiência pública, a Agência Nacional de Energia Elétrica confirmou que a incidência do imposto sobre as contas de luz é, em média, de 21,3% — o que fez aumentar a pressão do Congresso sobre a Anel para que as geradoras contenham os reajustes.

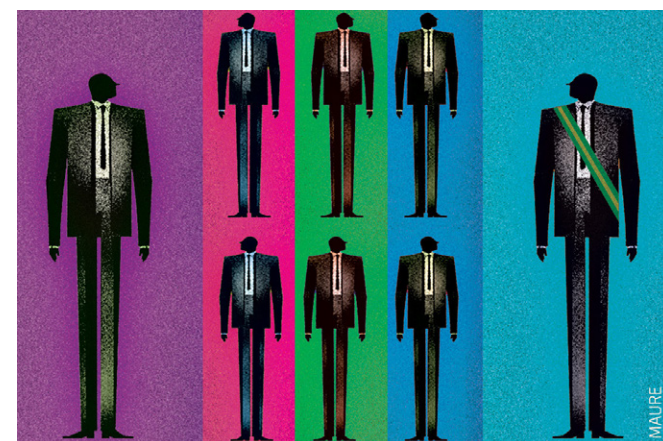
O caminho para o PLP 18/22 foi aberto pela aprovação, na Câmara, no início deste mês, da urgência para a tramitação de um projeto que impede a distribuidora Enel — que atende ao Ceará — impor ao consumidor um aumento médio de 24,88% na conta. Inflação, dólar e combustíveis altos, além do pagamento de empréstimos para parcelar os custos da crise energética nos últimos meses, estão por trás dos reajustes nas tarifas de energia.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Simone Tebet precisa seduzir caciques do MDB

Os presidentes do PSDB, Bruno Araujo, e do Cidadania, Roberto Freire, em encontro com o presidente do MDB, Baleia Rossi, decidiram descartar a pré-candidatura do ex-governador João Doria e indicar à cúpula dos respectivos partidos o nome da senadora Simone Tebet (MDB-MS) como a candidata de consenso para unificar a chamada terceira via. O critério adotado foi uma pesquisa para avaliar qual dos nomes teria mais potencial eleitoral: deu Simone, por causa da rejeição de Doria. Agora, seu nome depende da aprovação dos demais dirigentes das três legendas, inclusive do MDB.

A 90 dias do prazo inicial de realização das convenções eleitorais, há um longo caminho a ser percorrido. Tebet terá que superar as contradições internas das legendas, num contexto eleitoral de polarização entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Há mais dois competidores à frente dela: o ex-governador Ciro Gomes, candidato do PDT, que se mantém em terceiro lugar nas pesquisas, e o deputado André Janones (MG), do Avante, que aparece sempre com 2% nas pesquisas. Ambos, porém, não são levados em conta pelos líderes da terceira via.

Roberto Freire convocou a Executiva nacional da legenda para examinar a proposta, na próxima terça. Não deve haver resistência, porque a ideia de uma candidatura unificada de centro está em sintonia com a tradição política da legenda e Doria é considerado carta fora do baralho pela bancada federal. A maioria do partido era simpática à candidatura de Eduardo Leite, que perdeu as prévias.

O constrangimento para apoiar a senadora do Mato Grosso do Sul era o fato de o PSDB ter um candidato, pois os dois partidos estão federados. Com o ex-governador fora do jogo, a resistência é residual e representada pelo ex-governador Cristóvam Buarque (DF), que defende o apoio a Lula já no primeiro turno.

Líderes locais

O PSDB continua mergulhado numa profunda crise. Bruno Araujo e o governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, defendem o apoio a Tebet. Ambos são os principais responsáveis pela desestabilização da candidatura de Doria. Garcia tem o apoio de toda a bancada tucana e uma aliança estratégica com o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB). O problema é que outras lideranças, como o deputado Aécio Neves (MG), defendem que a legenda tenha um nome próprio.

Os cogitados são Eduardo Leite, que, agora, articula a volta ao governo gaúcho, e o senador Tasso Jereissati (CE), um dos fundadores do PSDB. Leite não quer voltar à arena da disputa presidencial. Tasso é um aliado de primeira hora de Tebet e somente aceitaria se houvesse uma ampla articulação em torno de sua candidatura. Sua indicação seria um golpe de morte nas pretensões de Ciro Gomes, seu afilhado político no Ceará.

Resta o MDB. Baleia Rosi controla 20 das 27 seções regionais do partido. Entretanto, isso não significa apoio dos demais caciques da legenda.

O ex-presidente Michel Temer, na moita, se preserva para a eventualidade de se tornar um tertius. Sonha com a candidatura à Presidência, mas, hoje apoiaria Tebet. Dos três governadores da legenda, dois estão com Lula: Helder Barbalho (Pará) e Paulo Dantas (Alagoas), recém-eleito pela Assembleia Legislativa local. Um é aliado de Bolsonaro — Ibaneis Rocha (DF).

O grupo formado pelo ex-presidente José Sarney e os senadores Eduardo Braga (AM), Jader Barbalho (PA), Renan Calheiros (AL) e Jarbas Vasconcelos (PE) apoia Lula, como outros caciques regionais hoje sem mandato, como Romero Jucá (RO) e Eunício de Oliveira. Os senadores Fernando Bezerra e Confúcio Moura (RO) vão de Bolsonaro, juntamente com os deputados gaúchos Osmar Terra e Alceu Moreira.

Ao contrário do PSDB, porém, o MDB é uma federação de caciques regionais, com uma ala governista e outra de oposição que convivem muito bem na divergência. O grupo que apoia Lula não tem força para impor à legenda essa orientação, nem a ala governista já engajada na reeleição de Bolsonaro.

É aí que a candidatura de Tebet ganha viabilidade para unificar a terceira via. Se vai se tornar realmente competitiva é outra história. O MDB tem tradição de cristianizar seus candidatos.

Zeca Ribeiro/Agência Câmara



Para integrantes da oposição, Lira faz cortina de fumaça sobre os preços da Petrobras e a privatização da Eletrobras ao pôr o PL em votação

Proposta de futuro incerto no Senado

Se o Projeto de Lei Complementar (PLP) 78/22 tem tudo para ser aprovado com facilidade na Câmara dos Deputados, o mesmo não se pode dizer em relação ao Senado. Por ser a Casa Legislativa que representa as unidades da Federação, as bancadas têm tudo para sofrer pressão dos governadores que usarão o argumento da perda de arrecadação para evitar que o texto vá adiante.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que se reuniu com o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que, em caso de aprovação pelos deputados, levará aos líderes a proposta que estabelece o teto de 17% para a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas tarifas de combustíveis, energia elétrica e água. “Comprometi-me a levar aos líderes o tema, que pode contribuir para a redução do impacto dos tributos estaduais sobre o

preço dos combustíveis”, tuitou. Cálculos feitos no Congresso apontam que, com um teto de 17%, há a possibilidade de que em algumas unidades da Federação a alíquota que afeta os combustíveis diminua, como é o caso de São Paulo (até 25%), Rio de Janeiro (25%) e no DF (21%). Porém, em outras, a conta vai no sentido inverso, como em Santa Catarina — onde o ICMS tem um peso de 12% sobre o preço do diesel e 25%, para o da gasolina. Por sinal, a Secretaria da Fazenda do estado se manifestou contrariamente ao PLP 18 e alertou que o custo do combustível na bomba prejudicaria os consumidores locais.

Confaz

Ontem, o Ministério da Economia apresentou ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) uma proposta para alterar a regulamentação do ICMS

único do diesel, criado por lei em março deste ano e normatizado pelo colegiado, mas suspenso na semana passada por liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça. Pelo texto, o governo quer que, enquanto não ocorrer a mudança, a base de cálculo da alíquota atual seja a média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 meses anteriores à sua fixação.

Antes da suspensão determinada pelo Supremo, a regra que estava valendo fixou um valor único do ICMS a ser cobrado no preço final do combustível, como manda a lei, mas permitindo descontos, o que, na prática, possibilita a cada estado manter a mesma alíquota que aplicava anteriormente. O valor estabelecido pelo colegiado de secretários estaduais foi de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10, o mais usado no país.

Na reunião, os secretários de Fazenda apenas tomaram conhecimento da proposta, mas não fizeram nenhuma deliberação, segundo a assessoria do Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz). “O assunto não apreciado será reencontrado para que as procuradorias estaduais opinem e, numa próxima oportunidade, se retornará ao diálogo no âmbito do Confaz”, informou a assessoria.

Ao conceder a liminar, no último dia 13, André Mendonça acatou a ação em que o governo federal pediu a suspensão da forma como os estados aplicaram a alíquota única do ICMS do óleo diesel. O ministro deu prazo de cinco dias para que Câmara, Senado e o Confaz se manifestem sobre o tema. Em seguida, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) terão prazo semelhante. (DHC, TM e Agência Estado)